

Dimensões e desafios da diversidade e da inclusão na universidade

» ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN

Professor, doutor e vice-reitor da Universidade de Brasília (UnB)

Os termos diversidade e inclusão marcam profundamente o debate e as políticas da educação superior e, especialmente, das universidades públicas, nas últimas décadas. Esses termos designam os esforços empreendidos pelas instituições, pelo legislador e por grande parte da sociedade civil para que a composição social interna das comunidades universitárias se aproxime mais à composição da sociedade como um todo. As políticas de cotas e as ações afirmativas se mostraram ferramentas efetivas para impulsionar essa aproximação com relação à composição socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Assim, por exemplo, na Universidade de Brasília (UnB), que instituiu, como uma das pioneiras, já em 2003, as cotas para estudantes negros na graduação, 48,7% dos estudantes de graduação se identificam como negros (35,7% como pardos e 13,0% como pretos). Na pós-graduação, que teve a sua política de ações afirmativas implementada a partir de 2020, a identificação dos discentes como negros apresenta um percentual ligeiramente inferior: 45,2% (11,8% pretos e 33,4% pardos, respectivamente). Os valores caem significativamente, porém, se olharmos a composição do corpo docente. Apenas 24,9% dos professores se declaram negros (4% pretos e 20,9% pardos, respectivamente). Se considerarmos, como valor de referência, que, no Distrito Federal, as pessoas negras representam 57,4% da população, não é difícil identificar sobre quais aspectos deverão incidir futuras políticas de incentivo à diversidade e inclusão.

Contudo, no âmbito da universidade, a diversidade e a inclusão vão muito além da composição interna da comunidade. Todo processo de ampliação da diversidade representa (ou deveria representar) também uma ampliação da diversidade epistemológica. Cada novo grupo pode trazer consigo, em maior ou menor medida, interesse em obter conhecimento sobre determinados tópicos relevantes para o grupo, negligenciados ou pouco abordados até o momento pelas práticas acadêmicas, formas particulares de construir conhecimento e se relacionar com ele e/ou estratégias perceptivas e neurocognitivas próprias. E pode trazer consigo também formas próprias de corporeidade, de afetividade, de ser, de estar e de interagir com os outros dentro da comunidade universitária.

A diversificação epistemológica advinda das epistemologias feministas, negras, indígenas (com toda a sua imensa variedade e riqueza), ribeirinhas, periféricas, trans, surdas, surdocegas, autistas, idosas, de pessoas com altas habilidades e superdotação etc. constitui um potencial de enriquecimento imprescindível para as nossas universidades, bem como uma oportunidade ímpar de, a partir desse enriquecimento, contribuir para a construção de uma sociedade menos preconceituosa e excludente.

O pleno desenvolvimento desse potencial está sujeito ao cumprimento de algumas condições essenciais. Uma delas é a existência de estruturas e formas de organização acadêmicas que permitam e fomentem o enriquecimento epistemológico interno. A existência de núcleos, centros, programas de pós-graduação, redes de pesquisa, revistas científicas especializadas etc.



G O M E Z

que se constituam a partir ou ao redor de epistemologias como as acima mencionadas constitui um ponto de partida fundamental.

Apesar da importância dessa primeira condição, ela, por si só, é insuficiente. Para conseguir um verdadeiro enriquecimento epistemológico da universidade, é necessário o efeito de mecanismos e ações que evitem um encapsulamento epistemológico, isto é, que previnam que a diversidade fique reclusa nos espaços acadêmicos da sua criação. Três elementos me parecem fundamentais para alcançar esse objetivo.

O primeiro é a construção adequada de transversalidades. Penso aqui, por exemplo, na inserção de disciplinas e outros componentes acadêmicos nas estruturas curriculares dos cursos que atendam adequadamente à educação das relações étnico-raciais, como disposto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, nas Resoluções CNE/CP nº 1/2004 e CNE/CP nº 1/2012, pelo Parecer CNE/CP nº 8/2012 e normativos posteriores, e que reflitam o estado da arte das pesquisas sobre a temática.

O segundo é, seguramente, mais difícil de pôr em prática. Um enriquecimento epistemológico não pode significar, por óbvio, a substituição de uma epistemologia por outra, nem prescindir de todo o conhecimento construído em cada uma das disciplinas científicas ao longo das décadas. O caminho só pode ser a criação de espaços de diálogo epistemológico efetivo. Para tal, é

necessário possibilitar o acesso das novas epistemologias nos espaços acadêmicos povoados com as tradicionais (e, em muitos casos, hegemônicas) e promover práticas dialógicas baseadas na ressonância epistemológica recíproca. Uma relação de ressonância epistemológica só se dá quando todas e cada uma das epistemologias (e os sujeitos epistemológicos) falam com a sua própria voz, em condição simétrica, de forma autoconsistente, ao mesmo tempo que permanecem abertas o suficiente para serem alcançadas pelos conhecimentos e argumentos das outras. Avalio que isso ainda estamos bastante distantes.

Finalmente, precisamos também de uma mudança cultural, que passa, inexoravelmente, por um longo processo de aprendizado. Ainda são, lamentavelmente, muitos, por exemplo, os membros das nossas comunidades universitárias que reagem com incredulidade quando ouvem que surdocegos concluíram um curso de graduação e são, agora, estudantes de pós-graduação. Ou aqueles que têm dificuldades em aceitar que os povos indígenas podem nos ensinar muito sobre preservação, sustentabilidade e, de um modo geral, sobre a relação do ser humano com a natureza. A conscientização sobre a existência de outras formas de conhecimento e da sua construção neurológica, cognitiva e social, a aceitação de que essas formas são equivalentes às nossas próprias e consequente relativização dos nossos pressupostos continuam sendo o maior dos desafios.

Brasília aposta nas mulheres na política

» JOSÉ NATAL
Jornalista

Ao que parece, nada está totalmente perdido para Jair Messias Bolsonaro. Apenas o futuro. Inevitável, indiciado, atolado em processos, mal assessorado e ainda acreditando naquela imagem tosca e patética de que um dia foi mito, o capitão. Que não é ingênuo, também já sabe disso. Por isso, atuando nas sombras, articula, apoia e convoca os seus a botarem fichas nas inúmeras e articuladas mulheres que sinalizaram competência e habilidade na condução desse processo — de certa forma, em mais uma possível consolidação do seu legado.

Bem avaliado eleitoralmente em Brasília, e no Entorno, por vontade dele ou não, o nome e o legado do ex-presidente deram ainda mais força ao universo político feminino da comunidade. E elas estão aí, prontas para arregaçar as mangas num gesto que se apresenta como pioneiro, corajoso e desafiador. Primeiro, porque sabem que o preconceito machista e conservador, de imediato, surge como adversário maior. E, depois, porque o cenário político da capital da República sempre foi dominado por uma histórica atuação predominantemente masculina, basta recorrer aos arquivos para se comprovar essa verdade.

Pelo que se sabe, até o momento, o maior número de mulheres que se apresentam como possíveis candidatas está ligado aos partidos bolsonaristas, mas o PT também anuncia Erika Kokay como provável candidata a cargo majoritário, abrindo, aí, o debate saudável que todos nós queremos e torcemos para que, assim, aconteça.

Ao leitor menos atento ao cenário político de Brasília, vale lembrar que, embora estejamos comemorando 64 anos de existência como capital da República, não há na nossa história um quadro representativo feminino com a dimensão que o DF merece. Ou seja, temos, sim, um quadro parlamentar feminino de excelência, mas, em termos quantitativos, esse número é pequeno. Por inúmeras vezes, essa lacuna foi cobrada, e jamais preenchida. Há sinais evidentes de que a hora da mudança chegou. Aqui mesmo no **Correio Braziliense**, a analista política Ana Maria Campos, dias atrás, comentava que, numa fotografia de momento, pelo menos seis parlamentares filiadas a partidos importantes se manifestaram interessadas em disputar cargos majoritários em 2026. São elas: Celina Leão, pelo PP; Michele Bolsonaro e Bia Kicis, pelo PL; Damares Alves, pelo Republicanos; Paula Belmonte, pelo Cidadania; e, como já citamos, Erika Kokay, pelo PT.

Evidente o predomínio bolsonarista nesse anunciado protagonismo, fato, ao meu ver, menos importante, uma vez que o relevante para a cidade é a possível presença das mulheres no cenário parlamentar, providência esperada há anos e que, agora, parece que vai acontecer. Estamos ainda distantes de um próximo pleito eleitoral, uma vez que Brasília não participa de eleições municipais. Surte no horizonte uma razoável expectativa de que esse número de mulheres aumente, ganhe corpo e vontade de ocupar o parlamento e cargos relevantes na vida política da cidade. O bom senso, a sensibilidade, o afeto e o afago que geralmente predominam no comportamento feminino seriam bem-vindos a esse universo masculino competitivo, muitas vezes exagerado.

Pelo aspecto político propriamente dito, essa nova perspectiva de competição política pode trazer benefícios à comunidade. A começar pela nova leitura do quadro político e seus personagens. No momento atual, a leitura está clara. O governador Ibaneis Rocha tem céu de brigadeiro para eleger seu sucessor, e, a julgar pelo que prega hoje, Celina Leão será a candidata abençoada, quer ser sua sucessora.

O PT, eterno rival, terá que buscar um palanque bem apoiado por Lula para respirar e competir. As candidaturas de Bia Kicis, Damares Alves e, quem sabe, Michele Bolsonaro a qualquer cargo em Brasília significam um calo dolorido no sapato da família de PT e PMDB, em qualquer circunstância. Paula Belmonte, também competitiva, trabalha com o tempo e até que uma possível aliança melhore seu futuro como candidata. Recursos financeiros e abertura para o diálogo podem ajudar, e vão. Desenha-se, para o próximo pleito, uma eleição que, desde já, se anuncia como renovadora. Há um desgaste evidente no cenário atual, clama-se por mudança. Políticos bastantes rodados pouco podem apresentar atrações que encantam plateias acostumadas ao mais do mesmo.

A se confirmar o novo cenário político na cidade, a presença das mulheres candidatas talvez seja a grande novidade a comemorar, independentemente da bandeira partidária que elas carreguem. O importante é que a classe política masculina tenha e assuma, com dignidade, essa nova etapa de um processo e aceite o fato de que o novo tempo chegou. Envie flores às mulheres, que sejam bem-vindas. Que façam campanhas, subam em palanques, visitem comunidades, conversem com o povo, comam pastel de feira, tomem chuva e, principalmente, sejam votadas. Eleição é voto, é urna, discurso, povo, ideias, pregação e liberdade de expressão. Com ética.

Pessoas com autismo pedem respeito e cumprimento das leis

» FLÁVIO ARNS

Senador e presidente da Comissão de Educação e Cultura, da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia

No mês de Conscientização sobre o Autismo, somos convidados a refletir acerca do combate aos preconceitos e as falhas no cumprimento das leis relacionadas a esse segmento da população. O debate social tem que ser permanente para que se amplie o entendimento sobre o autismo e os desafios que as pessoas nessa condição enfrentam diariamente. A luta é incessante para a implementação efetiva da legislação existente e para a busca por inovações legislativas que apoiem as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

As políticas públicas de saúde, educação e trabalho precisam ser, de fato, eficientes e acolhedoras para a comunidade de pessoas com autismo. Elas devem ser respeitadas e atendidas em suas especificidades. E não consideradas doentes, como muitos pensam erroneamente.

Os desafios começam no diagnóstico do autismo. Muitas vezes, é longo o tempo de espera pelo laudo médico. Além disso, as famílias precisam superar várias barreiras para fazer o acompanhamento adequado, tanto no serviço público, quanto no privado. Por vezes, ficam “abandonadas à própria sorte”. É primordial que se faça o diagnóstico precoce no Sistema

Único de Saúde (SUS) e que se garantam as terapias tanto na rede pública quanto por meio dos planos de saúde.

Na área da educação, por exemplo, as escolas precisam ser apoiadas no atendimento de crianças e adolescentes com autismo, que, muitas vezes, não falam, não conseguem ir ao banheiro sozinhos, têm crises e precisam de apoio para se socializar. Por isso, a mobilização atual é pela homologação, por parte do Ministério da Educação, do Parecer Orientador nº 50/2023, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que cuida dessas questões. O documento indica caminhos que representam avanços no ambiente educacional, como a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

A reflexão que devemos fazer é: “Até quando as pessoas com autismo serão tratadas como invisíveis, indesejáveis ou incapazes?” E vou além: “Como a sociedade vai ampliar o cuidado dessas pessoas? Elas vão sobreviver com um valor mínimo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou com o auxílio do INSS? O mundo do trabalho vai oferecer oportunidades, e as empresas estarão

preparadas para lidar e acolher as pessoas com TEA e suas especificidades?”

A estimativa é de que existam cerca de 2 milhões de pessoas com TEA no Brasil. Estudos indicam que esse número pode ser maior, chegando a 6 milhões. O Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), finalmente inseriu questões sobre pessoas com essas especificidades. Até então, o que havia era um apagão de dados sociais relacionados com o autismo.

Em sessão especial realizada no Senado Federal em alusão ao Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo, celebrado em 2 de abril, uma fala me chamou atenção e me tocou profundamente. A jovem Caroline de Souza, pedagoga, influenciadora digital e pessoa com autismo, que utiliza a comunicação aumentativa e alternativa (CAA) para se comunicar, disse: “O mundo não foi pensado para nós, ele não nos quer, mas nós existimos. Passamos a vida lutando para ter o mínimo de dignidade, de qualidade de vida. Nós não queremos apenas sobreviver. Queremos viver bem, como qualquer outra pessoa”.

Assim, termino esse texto: emocionado e ciente do papel que temos de promover a vida plena em todos os setores da sociedade.